

EDITAL DE PREGÃO N° 19/2020

Município de Almirante Tamandaré do Sul
Secretaria Municipal da Fazenda, Administração e Planejamento
Edital de Pregão n° 19/2020 – Forma presencial
Tipo de julgamento: menor preço global
Processo n° 107.01.02.03/2020

Edital de pregão para contratação de empresa para a prestação de serviços de acesso à internet.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que às **08h 30min, do dia 16 do mês de dezembro do ano de 2020**, na sala de reuniões do Centro Administrativo Municipal, localizado na Rua Mário Linck, n° 352, Centro, Almirante Tamandaré do Sul/RS, se reunirão a Pregoeira e Equipe de Apoio, designados pela Portaria n° 299.20, de 19 de outubro de 2020, com a finalidade de receber credenciamentos, propostas e documentos de habilitação objetivando a contratação de empresa para a prestação dos serviços descritos no anexo I, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal n° 10.520/2002, Lei Complementar n° 123/2006, Lei Complementar n° 147/2014 e do Decreto Municipal n° 35/2020, com aplicação subsidiária da Lei Federal n° 8.666/1993.

Registra-se que a sessão será realizada seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde, em espaço amplo, com disponibilização de álcool gel 70%, respeitado o distanciamento interpessoal mínimo de dois metros entre os participantes, além da observância de etiqueta respiratória e demais disposições constantes do Decreto Municipal n° 60/2020.

ESSA LICITAÇÃO É EXCLUSIVA ÀS BENEFICIÁRIAS DA LEI COMPLEMENTAR N° 123/2006.

1- DO OBJETO:

Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para a prestação de serviços de acesso à internet especificados no termo de referência (Anexo I).

2- CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

2.1. A presente licitação destina-se **EXCLUSIVAMENTE** à participação das empresas beneficiárias da Lei Complementar n° 123/2006.

2.2. Poderão participar da presente licitação toda e qualquer pessoa jurídica enquadrada nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, com situação regular na Previdência Social e no Município que tenha auferido receita bruta anual até o limite previsto na Lei Complementar nº. 123/2006, e que atenda todas as exigências do presente Edital e seus anexos.

2.3. Poderão participar as empresas citadas no item anterior, e que possuam ramo de atividade pertinente ao objeto deste Edital.

2.4. Como condição para a participação neste certame, a licitante deverá apresentar **fora dos envelopes de habilitação e propostas**, no momento do credenciamento:

a) Declaração firmada por seu representante, conforme modelo no anexo IV desse edital, sob as penas da Lei, de que é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006; e

b) Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (modelo no anexo V do edital).

2.5. Se a licitante não apresentar as declarações escritas, previstas no item 2.4, seu Representante poderá fazê-las, de próprio punho, no momento do credenciamento.

2.6. Se a licitante encaminhar sua proposta, e não se fizer representar no momento do credenciamento, deverá encaminhar as declarações exigidas no item 2.4 deste edital fora dos envelopes de habilitação e de propostas.

2.7. Não apresentadas as declarações, a licitante será impedida de participar da licitação.

3- DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

3.1. Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 7 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 01 e nº 02, para o que se sugere a seguinte redação:

**AO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL
EDITAL DE PREGÃO Nº 19/2020
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO)**

**AO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL
EDITAL DE PREGÃO Nº 19/2020
ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO)**

4- DA REPRESENTAÇÃO, DO CREDENCIAMENTO, DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

4.1. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

4.1.2. A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

4.2. A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 4 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

4.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) Se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

a.1) Cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

a.2) Documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

a.3) Inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

a.4) Decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

a.5) Registro comercial, se empresa individual.

b) Se representada por procurador, deverá apresentar:

b. 1) Instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública;

ou

b. 2) Carta de credenciamento, este com a firma do outorgante reconhecida, outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

Observação 1: Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do contrato social da empresa licitante.

Observação 2: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

4.4. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

4.5. No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes n^os. 01- PROPOSTA e 02- DOCUMENTAÇÃO.

4.6. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

5. PROPOSTA DE PREÇO:

5.1. A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 90 (noventa) dias, deverá ser apresentada da seguinte forma:

a) A proposta comercial deverá ser apresentada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e assinada pelo responsável, contendo, se possível, nome ou razão social e endereço completo, mencionando o preço global e unitário de acordo com o objeto dessa licitação, onde deverão estar incluídos todos os custos, inclusive o BDI, (impostos, taxas, contribuições sociais, lucro do empreendimento, etc).

b) Indicar número de telefone, e-mail e o banco, agência e a conta corrente para ser efetuado o pagamento, caso a licitante venha a contratar com o Município.

c) Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório;

d) Serão considerados, para fins de julgamento, os valores totais constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação;

e) Planilha de quantitativos e custos unitários, modelo no anexo VI, desse edital;

c) Será admitida uma proposta financeira no teto máximo mensal de R\$5.000,00 (cinco mil reais) e teto máximo global de R\$60.000,00 (sessenta mil reais).

Observações:

01) O preço mensal da proposta deverá incluir:

a) Valor da instalação do link, assim como todos os custos operacionais de sua atividade que eventualmente incidam sobre a operação. Inclui também todas as despesas com locomoção, estadia e alimentação do pessoal, necessárias à execução dos serviços pertinentes;

b) Os custos referentes à utilização dos equipamentos necessários à execução do objeto da presente licitação, tais como modems, roteadores, rádio, etc., e linhas de transmissão de dados que venham a ser necessárias, assim como a sua manutenção;

c) Todas as demais despesas pertinentes que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto licitado.

02) Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também, em eventual contratação.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

6.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

6.2. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

6.3. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, **a partir da autora da proposta de maior valor**, até a proclamação da vencedora.

6.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.5. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida à ordem prevista nos itens 6.3 e 6.4.

6.5.1. Dada à palavra a licitante, esta disporá de 02 (dois) minutos para apresentar nova proposta.

6.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

6.6.1. A diferença entre cada lance não poderá ser inferior ao valor ou percentual indicado pelo Pregoeiro durante a sessão.

6.7. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 13 deste edital.

6.8. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

6.9. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço total e o valor estimado para a contratação, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

6.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.11. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

6.12. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar **o menor preço global**, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

6.13. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) Forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c) Afrontarem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 5;
- d) Contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou superfaturados.

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

6.14. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

6.15. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas e a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

6.16. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto ser esclarecidas previamente junto ao setor de Licitações deste Município, conforme subitem 14.1 deste edital.

6.17. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7. DA HABILITAÇÃO:

7.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE Nº 02, os seguintes documentos:

7.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.1.1. Será dispensada da apresentação, no envelope de habilitação, dos documentos referidos no item 7.1.1., a empresa que já os houver apresentado no momento do credenciamento, previsto no item 4 deste edital.

7.1.1.2. REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- b.1) Em se tratando de prova de inscrição municipal, esta, deverá estar em vigor, ou, no caso de inscrição permanente, juntar a comprovação de quitação da taxa do exercício atual;
- c) Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- f) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

7.1.1.3. REGULARIDADE TRABALHISTA E DO TRABALHO DO MENOR:

- a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto - Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CNDT).
- b) Declaração que atende ao disposto no artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n.º 4.358-02, modelo no anexo III, desse edital.

7.1.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Atestado de capacidade técnica em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executa/executou satisfatoriamente serviços de complexidade tecnológica equivalente com objeto e especificações da presente licitação;
- b) Certificado de registro ou inscrição na entidade profissional competente, ou visto da mesma, no caso de empresas não sediadas no Estado, em nome da empresa

licitante (proponente) e do profissional técnico responsável pela atividade junto ao órgão fiscalizador;

b.1) a prova da empresa possuir no quadro, profissional técnico responsável pela atividade junto ao órgão fiscalizador, será feita, em se tratando de sócio da empresa, por intermédio da apresentação do contrato social e no caso de empregado, mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou contrato de trabalho entre o profissional e a licitante;

c) Comprovação de concessão, permissão ou autorização expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, em nome da Proponente, participante do presente certame, para a exploração dos serviços ora licitados;

d) Licença ou dispensa, para a exploração dos serviços ora licitados, emitida pelo órgão ambiental competente;

7.1.1.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento;

7.1.1.6. OUTROS DOCUMENTOS:

a) Declaração da proponente de Idoneidade, modelo no anexo II, desse edital.

7.2. Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

Observação: Caso algum dos documentos fiscais obrigatórios, exigidos para cadastro esteja com o prazo de validade expirado, a licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

7.3. As empresas beneficiárias da LC 123/06, que atenderem ao item 2.4, que possuem restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal e trabalhista**, terão sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 5 (cinco) dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

7.3.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

7.3.2. Ocorrendo à situação prevista no item 7.3, a sessão do pregão será suspensa, podendo o Pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

7.3.3. O benefício de que trata o item 7.3 não eximirá as empresas beneficiárias da LC 123/06, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

7.3.4. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 7.3, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 8.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 13.1, alínea "a", deste edital.

7.4. O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do Pregoeiro pelo prazo de 03 (três) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

8. DA ADJUDICAÇÃO:

8.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, à licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

8.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará as licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

9.1. Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

9.2. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo,

manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

9.3. A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

9.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

10. DOS PRAZOS:

10.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 05 (cinco) dias, convocará a vencedora para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

10.2. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

10.3. O termo inicial do contrato será o de sua assinatura e o final ocorrerá em 12 (doze) meses, podendo ainda, ser prorrogado a critério da Administração e com anuência da Contratada, até o limite previsto no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

10.4. O prazo para instalação e ativação dos serviços de internet deverá ser de no máximo 30 (trinta) dias.

11. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

11.1. Esse serviço compreende o acesso a internet com IP dedicado, incluindo-se a instalação, configuração e disponibilização de todos os materiais/equipamentos necessários em forma de comodato, bem como a disponibilização de assistência técnica e suporte sempre que solicitado, e ainda a prestação do serviço deverá preencher as seguintes exigências:

a) Manutenção dos equipamentos, trocando-os sempre que ocorrer obsolescência tecnológica, ou sempre que seja necessário, para o bom funcionamento do link.

b) Fornecer no mínimo dois endereços de IP fixos e válidos para acesso a rede mundial de internet.

c) Disponibilizar para cada ponto de internet a mesma taxa de transferência e recepção, conforme exigência da velocidade mínima.

Exemplo: 2 mgbts de velocidade mínima

2 mgbts de up load;

2 mgbts de download

d) O serviço contratado deverá permitir incorporar modificações e/ou ampliações futuras, em unidades a serem definidas pela Contratante;

e) A licitante deverá garantir a velocidade de transmissão da banda em 100% da capacidade contratada, sendo que a mesma deve ser simétrica;

f) Nos pontos em que o fornecimento de internet será feito por meio de fibra óptica, a licitante deverá possuir saída para internet diferente deste meio, a fim de não interromper o fornecimento;

g) A contratada deverá realizar a interligação dos seguintes pontos de rede, por fibra óptica:

g.1) Centro Administrativo;

g.2) Secretaria Municipal de Obras;

g.3) Secretaria Municipal de Saúde.

h) Atendimento por pessoal especializado para a solução de problemas por telefone;

i) Fornecimento de atendimento a chamados e técnicos com deslocamento até o ponto de fornecimento, caso não tenha sido possível a solução por telefone, num tempo máximo de 02 (duas) horas, após efetuado o chamado;

j) Os tipos de fornecimento de internet e os pontos deverão ser distribuídos conforme item 4, do Termo de Referência desse edital.

12. DO PAGAMENTO:

12.1. Os pagamentos serão efetuados em parcelas mensais, mediante empenho e apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, até o dia 30 (trinta) do mês subsequente ao da prestação dos serviços. Somente serão pagos os valores correspondentes aos serviços prestados certificado por servidor responsável.

12.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo prestador do serviço deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão, e

número do contrato, a fim de se acelerar o trâmite para liberação do documento fiscal para pagamento.

12.3. Havendo a prorrogação do prazo de execução nos termos do artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93, poderá ser reajustado o valor do contrato, considerando-se o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, acumulado no período.

12.3. Da Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 03 - Secretaria Municipal da Fazenda, Administração e Planejamento

Projeto/Atividade: 2007- Manutenção da Secretaria da Fazenda, Adm. e Planejamento

Dotação/Elemento Despesa: 52/33.90.40.00.0000 (0001) Serviços de tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2010- Manutenção da Secretaria de Saúde

Dotação/Elemento Despesa: 98/33.90.40.00.0000 (0040) Serviços de tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

Dotação/Elemento Despesa: 99/33.90.40.00.0000 (4500) Serviços de tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

Projeto/Atividade: 2013- Manutenção do Programa Saúde da Família ESF

Dotação/Elemento Despesa: 147/33.90.40.00.0000 (0040) Serviços de tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

Dotação/Elemento Despesa: 840/33.90.40.00.0000 (3045) Serviços de tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

Dotação/Elemento Despesa: 148/33.90.40.00.0000 (4500) Serviços de tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

Projeto/Atividade: 2021- Manutenção da Vigilância Epidemiológica

Dotação/Elemento Despesa: 235/33.90.40.00.0000 (0040) Serviços de tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

Dotação/Elemento Despesa: 236/33.90.40.00.0000 (4502) Serviços de tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

13. DAS PENALIDADES:

13.1. Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*
- b) Manter comportamento inadequado durante o pregão: *afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;*
- c) Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*
- d) Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência;*
- e) Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 05(cinco) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: *multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato até o limite de 10%;*
- f) Inexecução parcial do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;*
- g) Inexecução total do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;*
- h) Causar prejuízo material diretamente resultante da execução contratual: *declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato.*

13.2. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

13.3. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

14.1. A impugnação ao edital será feita na forma do art. 41 da Lei nº 8.666/1993, observando-se as seguintes normas:

- a) Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- b) A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.
- c) A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

- d) A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório, até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- e) Os pedidos de impugnação ao edital serão dirigidos ao Pregoeiro no Setor de Licitações, durante o horário de expediente, que se inicia às 08h e se encerra às 17h, mediante protocolo, obedecido o prazo da alínea “a”.
- f) Não serão recebidos como impugnação ao edital os requerimentos apresentados fora do prazo ou enviados por e-mail ou por qualquer outro meio, além do previsto na alínea anterior.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Almirante Tamandaré do Sul, Setor de Licitações, sito na Rua Mário Linck, nº. 352, ou pelos telefones (54) 3615-1143/1154/1153 ou e-mail licitacaoats@hotmail.com, no horário compreendido entre as 08h-12h e 13h-17h, ou ainda, no endereço eletrônico www.almirantetamandaredosul.rs.gov.br, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

15.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, junto ao Setor de Licitações.

15.3. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

15.4. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e os números de telefone.

15.5. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.

15.6. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.

15.7. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

15.8. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666-93).

15.9. Fazem parte integrante deste edital o termo de referência - anexo I, a declaração de idoneidade - anexo II, a declaração de que não emprega menor - anexo III, a declaração de enquadramento para ME e EPP - anexo IV, a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação - anexo V, a planilha de composição de custos anexo VI e minuta do contrato - anexo VII.

15.10. Fica eleito o Foro da Comarca de Carazinho para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Almirante Tamandaré do Sul, 02 de dezembro de 2020.

Valdeci Gomes da Silva
Prefeito Municipal

Este edital se encontra examinado e
aprovado pela Assessoria Jurídica.
Em 02/12/2020.

Assessor Jurídico

PREGÃO PRESENCIAL N° 19/2020
Processo Administrativo n° 107.01.02.03/2020

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Credenciamento: 08:30 horas do dia 16/12/2020

Início da Sessão de Disputa: 08:30 horas do dia 16/12/2020

Local: Sala do Setor de Licitações.

1 - Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de acesso à internet, através de fibra óptica e via rádio, por meio de link de acesso dedicado, com velocidade mínima de 60 mgbts e suporte técnico permanente, com disponibilidade plena durante 24 horas por dia e durante sete dias da semana.

2 - Justificativa: Todas as atividades e rotinas administrativas estão correlacionadas ao uso diário de internet, e para que as mesmas tenham seu regular seguimento é imprescindível o acesso à rede mundial de computadores, o que atende também o princípio da continuidade do serviço público.

3 - Prazo de prestação do serviço: O prazo da contratação em tela será de 12 (doze) meses, podendo ainda, ser prorrogado a critério da Administração e com anuência da Contratada, até o limite previsto no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

4 - Especificações, Quantidades e Valor Estimado do Objeto:

Nº	PRÉDIO/UNIDADE	LOCAL	VELOCIDADE MÍNIMA	TIPO
01	Centro Administrativo (sede nova)	Rua Mario Linck, nº 352	25 mgbts	fibra óptica
02	Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)	Rua João Dias de Meira, s/n, esquina c/ Avenida General Lopes de Oliveira	05 mgbts	fibra óptica
03	Secretaria Municipal de Saúde (sede)	Av. General Lopes de Oliveira, s/n	10 mgbts	fibra óptica
04	Escola Municipal Raimundo Nedel	Rua Carlos Massmann, Distrito de Rincão do	06 mgbts	via rádio/ fibra óptica

		Segredo		
05	Escola Municipal Bento Gonçalves	Distrito de Linha Vitória	06 mgbts	via rádio/ fibra óptica
06	Posto de Saúde	Rua Carlos Massmann, Distrito de Rincão do Segredo	03 mgbts	via rádio/ fibra óptica
07	Posto de Saúde	Distrito de Linha Vitória	03 mgbts	via rádio/ fibra óptica
08	Secretaria Municipal de Obras	Rua Lindolfo Dias de Meira s/n	02 mgbts	fibra óptica

VALOR ESTIMADO: MENSAL R\$ 5.974,67 (cinco mil, novecentos e setenta e quatro reais e sessenta e sete centavos), TOTAL ANUAL R\$ 71.696,04 (setenta e um mil, seiscentos e noventa e seis reais e quatro centavos).

PREGÃO PRESENCIAL N° 19/2020
Processo Administrativo n° 107.01.02.03/2020

ANEXO II

DECLARAÇÃO

A empresa xxxxxxxxxxxx, através de seu representante legal, Sr.(a) xxxxxxxx, CPF xxxx (cargo da empresa). **DECLARA**, para os fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pelo **MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL**, Processo n°. 050.01.02.03/2016, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** n°. 15/2016, que foi declarada **IDÔNEA** para licitar com o **PODER PÚBLICO** em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Data.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL E CARIMBO DA EMPRESA.

PREGÃO PRESENCIAL N° 19/2020
Processo Administrativo n° 107.01.02.03/2020

ANEXO III

DECLARAÇÃO

A empresa xxxxx, através de seu representante legal, Sr.(a) xxx, CPF xxx (cargo na empresa). **DECLARA** para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pelo **MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL**, Processo Administrativo n°. 050.01.02.03/2016, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** n°. 15/2016, que não possui em seus quadros pessoa menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega pessoas menores de dezesseis anos.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

Data.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL DA EMPRESA E CARIMBO DA EMPRESA.

PREGÃO PRESENCIAL N° 19/2020
Processo Administrativo n° 107.01.02.03/2020

ANEXO IV

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA EMPRESAS BENEFICIÁRIAS
DA LC 123/06**

(Razão Social da licitante) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, por meio de seu Responsável Legal, e Contador ou Técnico Contábil, declara, sob as penas da lei, que:

- a) enquadra-se na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- b) o valor da receita bruta anual da sociedade, no último exercício, não excedeu o limite fixado nos incisos I e II, art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06 e seus alterações;
- c) não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º, parágrafo 4º, incisos I a X, da mesma lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de 2020.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL E CARIMBO DA EMPRESA.

LEMBRETE: Essa declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro fora dos envelopes de proposta e documentação, juntamente com o Credenciamento.

PREGÃO PRESENCIAL N° 19/2020
Processo Administrativo n° 107.01.02.03/2020

ANEXO V

DECLARAÇÃO

A empresa xxxxx, através de seu representante legal, Sr.(a) xxx, CPF xxx (cargo na empresa). **DECLARA** para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pelo **MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL/RS**, Processo Administrativo n°. 050.01.02.03/2016, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** n°. 15/2016, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação conforme determina o art. 4º, inciso VII da Lei n°. 10.520/02.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

Data.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL E CARIMBO DA EMPRESA.

PREGÃO PRESENCIAL N° 19/2020
Processo Administrativo n° 107.01.02.03/2020

ANEXO VI

MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

ITENS	QUANTIDADE	VALOR MENSAL R\$	%
PESSOAL			
Salários / Pro-Labore			
Periculosidade			
Vale Transporte			
Encargos Sociais			
Alimentação			
Hospedagem			
Outros (<i>especificar</i>)			
MATERIAIS			
Uniforme(s)			
EPI(s)			
Combustíveis			
Outros (<i>especificar</i>)			
EQUIPAMENTOS			
E.P.C.(s)			
Veículos			
Outros (<i>especificar</i>)			
ADMINISTRAÇÃO			
Impostos			
Taxa administração			
Lucro			
Outros (<i>especificar</i>)			
VALOR TOTAL			100

Obs.: Colocar os custos conforme praticado pelo Proponente.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2020
Processo Administrativo nº 107.01.02.03/2020

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS, QUE FAZEM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE ALMIRANTE
TAMANDARÉ DO SUL E _____.**

O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com Sede na Rua Mário Linck, 352, Centro, Almirante Tamandaré do Sul/RS, inscrito no CNPJ sob o nº 04.215.782/0001-37, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. _____, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa _____ (qualificação e endereço completos), doravante denominada simplesmente CONTRATADA, celebram o presente contrato de prestação de serviços de acesso à internet, vinculado ao edital de Pregão nº 19/2020, Processo Administrativo nº 107.01.02.03/2020 e à proposta vencedora, conforme termos de homologação e de adjudicação datados de ____/____/2020, e que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de acesso à internet, para os diversos setores da municipalidade, pela CONTRATADA, na quantidade e especificações constantes no anexo I, em até 30 (trinta) dias, a contar da data da assinatura do presente instrumento. O serviço compreende o acesso a internet com IP dedicado, incluindo-se a instalação, configuração e disponibilização de todos os materiais/equipamentos necessários em forma de comodato, bem como a disponibilização de assistência técnica e suporte sempre que solicitado, bem como atender as seguintes exigências:

- a) Manutenção dos equipamentos, trocando-os sempre que ocorrer obsolescência tecnológica, ou sempre que seja necessário, para o bom funcionamento do link.
- b) Fornecer no mínimo dois endereços de IP fixos e válidos para acesso a rede mundial de internet.
- c) Disponibilizar para cada ponto de internet a mesma taxa de transferência e recepção, conforme exigência da velocidade mínima.

- d) O serviço contratado deverá permitir incorporar modificações e/ou ampliações futuras, em unidades a serem definidas pela CONTRATANTE;
- e) A CONTRATADA deverá garantir a velocidade de transmissão da banda em 100% da capacidade contratada, sendo que a mesma deve ser simétrica;
- f) Nos pontos em que o fornecimento de internet será feito por meio de fibra óptica, a licitante deverá possuir saída para internet diferente deste meio, a fim de não interromper o fornecimento;
- g) A CONTRATADA deverá realizar a interligação dos seguintes pontos de rede, por fibra óptica: Centro Administrativo, Secretaria Municipal de Obras e Secretaria Municipal de Saúde.
- h) Atendimento por pessoal especializado para a solução de problemas por telefone;
- i) Fornecimento de atendimento a chamados e técnicos com deslocamento até o ponto de fornecimento, caso não tenha sido possível a solução por telefone, num tempo máximo de 02 (duas) horas, após efetuado o chamado;
- j) Os tipos de fornecimento de internet e os pontos deverão ser distribuídos conforme anexo I do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO:

O termo inicial do contrato será o de sua assinatura e o final ocorrerá em 12 (doze) meses, podendo ainda, ser prorrogado a critério da Administração e com anuência da Contratada, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

§ 1º - O prazo para instalação e ativação dos serviços de internet deverá ser de, no máximo, 30 (trinta) dias.

§ 2º - Verificada alguma irregularidade ou a desconformidade ou inadequação no cumprimento do objeto ora contratado, será fixado prazo, não superior a 5 (cinco) dias úteis, para a devida correção, na forma do art. 69 da Lei n.º 8.666/1993, após o qual, em não havendo a regularização, o fato será reduzido a termo, que será encaminhado à autoridade competente, para que adote os procedimentos inerentes à aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A CONTRATADA deverá:

- I - executar fielmente o objeto do presente contrato;
- II - indicar preposto para representá-la na execução do presente contrato;
- III - responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre os serviços contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;
- IV - apresentar, mensalmente, cópia das guias de recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários;

- V - zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo àquela fornecer-lhes equipamentos de proteção individual (EPI) e crachá de identificação contendo o nome e função do empregado;
- VI - responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução dos serviços;
- VII - reparar e/ou corrigir, às suas expensas, os serviços efetuados em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço contratado;
- VIII - manter, durante toda a execução do presente contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

O CONTRATANTE deverá:

- I - efetuar o devido pagamento à CONTRATADA referente aos serviços executados, em conformidade com a Cláusula Quinta;
- II - determinar as providências necessárias quando os serviços não estiverem sendo realizados na forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções pertinentes, quando for o caso;
- III - designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto desse contrato.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pela prestação do serviço contratado, a CONTRATADA receberá o valor mensal de R\$ _____, sendo que o valor global do presente contrato é de R\$ _____, cujo pagamento se dará mediante empenho e apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, até o dia 30 (trinta) do mês subsequente ao da prestação do serviço. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e número do contrato, a fim de dar celeridade ao trâmite de liberação do documento fiscal para pagamento.

§1º Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

§2º Serão processadas as devidas retenções, quando for o caso, nos termos da lei que regula a matéria.

§4º - Ocorrendo às hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei n.º 8.666-93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que documental e suficientemente comprovado o desequilíbrio contratual.

§5º - Havendo a prorrogação do prazo de execução nos termos do artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93, poderá ser reajustado o valor do contrato, considerando-se o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, acumulado no período.

§6º - O valor mensal percebido pela CONTRATADA englobará:

a) Valor da instalação do link, assim como todos os custos operacionais de sua atividade que eventualmente incidam sobre a operação. Inclui também todas as despesas com locomoção, estadia e alimentação do pessoal, necessárias à execução dos serviços pertinentes;

b) Os custos referentes à utilização dos equipamentos necessários à execução do objeto da presente licitação, tais como modems, roteadores, rádio, etc., e linhas de transmissão de dados que venham a ser necessárias, assim como a sua manutenção;

c) Todas as demais despesas pertinentes que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto ora contratado.

CLÁUSULA SEXTA -DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 03 - Secretaria Municipal da Fazenda, Administração e Planejamento

Projeto/Atividade: 2007- Manutenção da Secretaria da Fazenda, Adm. e Planejamento

Dotação/Elemento Despesa: 52/33.90.40.00.0000 (0001) Serviços de tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2010- Manutenção da Secretaria de Saúde

Dotação/Elemento Despesa: 98/33.90.40.00.0000 (0040) Serviços de tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

Dotação/Elemento Despesa: 99/33.90.40.00.0000 (4500) Serviços de tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

Projeto/Atividade: 2013- Manutenção do Programa Saúde da Família ESF

Dotação/Elemento Despesa: 147/33.90.40.00.0000 (0040) Serviços de tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

Dotação/Elemento Despesa: 840/33.90.40.00.0000 (3045) Serviços de tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

Dotação/Elemento Despesa: 148/33.90.40.00.0000 (4500) Serviços de tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

Projeto/Atividade: 2021- Manutenção da Vigilância Epidemiológica

Dotação/Elemento Despesa: 235/33.90.40.00.0000 (0040) Serviços de tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

Dotação/Elemento Despesa: 236/33.90.40.00.0000 (4502) Serviços de tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES:

Pelo inadimplemento das obrigações ora ajustadas, a CONTRATADA, conforme a infração, estará sujeita às seguintes penalidades:

- a) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*
- b) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência;*
- c) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 05(cinco) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: *multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;*
- d) inexecução parcial do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;*
- e) inexecução total do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;*
- f) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: *declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato.*

§ 1º - As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA OITAVA - GARANTIA:

As partes contratantes acordam que por ocasião do presente contrato, a CONTRATANTE deixa de exigir GARANTIA da CONTRATADA, nos termos previstos no artigo 56, §1º, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL:

Será rescindido o presente contrato, sem qualquer direito à indenização para a CONTRATADA, mas sendo-lhe garantida a ampla defesa e o contraditório, quando ocorrer:

- I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço nos prazos estipulados;
- IV - o atraso injustificado para o início do serviço;
- V - a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993;

IX - a decretação de falência;

X - a dissolução da sociedade;

XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XIII - a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993;

XIV - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

XV - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XVI - a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XVII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

XVIII - descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

§1º A rescisão do presente contrato fundamentada nos incisos I a XII e XVII, poderá ser determinada unilateralmente pela CONTRATANTE, com fulcro no art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993.

§2º A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, previstos no Art. 80 da Lei nº 8.666/1993, em caso de rescisão unilateral fundada em inexecução parcial ou total de cláusulas contratuais, especificações do projeto básico ou prazos.

§ 3º Este contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo, atendida a conveniência do CONTRATANTE, mediante termo próprio, recebendo a CONTRATADA o valor dos serviços já executados.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO:

Para questões de litígios decorrentes do presente contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Carazinho/RS, com exclusão de qualquer outro, por mais especializado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Almirante Tamandaré do Sul, ____ de _____ de 2020.

MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL/RS

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas _____

A presente minuta contratual foi devidamente examinada e aprovada por esta Assessoria Jurídica.

Em ____/____/_____.

Assessor Jurídico

ANEXO I

Especificações e quantidades do objeto contratado

Nº	PRÉDIO/UNIDADE	LOCAL	VELOCIDADE MÍNIMA	TIPO
01	Centro Administrativo	Rua Mario Linck, nº 352	25 mgbts	fibra óptica
02	Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)	Rua João Dias de Meira, s/n, esquina c/ Av. General Lopes de Oliveira	05 mgbts	fibra óptica
03	Secretaria Municipal de Saúde e UBS	Av. General Lopes de Oliveira, s/n - Rua João Bernardi, nº 173	10 mgbts	fibra óptica
04	Escola Municipal Raimundo Nedel	Rua Carlos Massmann, Distrito de Rincão do Segredo	06 mgbts	via rádio/ fibra óptica
05	Escola Municipal Bento Gonçalves	Distrito de Linha Vitória	06 mgbts	via rádio/ fibra óptica
06	Posto de Saúde	Rua Carlos Massmann, Distrito de Rincão do Segredo	03 mgbts	via rádio/ fibra óptica
07	Posto de Saúde	Distrito de Linha Vitória	03 mgbts	via rádio/ fibra óptica
08	Secretaria Municipal de Obras	Rua Lindolfo Dias de Meira, s/n	02 mgbts	fibra óptica